TRATADO DE

DIREITO CIVIL

IX

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO
CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

TRATADO DE

DIREITO CIVIL

IX

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CUMPRIMENTO E NÃO-CUMPRIMENTO
TRANSMISSÃO
MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO

3.ª edição totalmente revista e aumentada

ALMEDINA
2017

TRATADO DE DIREITO CIVIL

AUTOR
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Rua Fernandes Tomás n.os 76-80
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA
FBA

PRÉ-IMPRESSÃO
EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Fevereiro, 2017

DEPÓSITO LEGAL
/17

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo,
sem prévia autorização escrita do Editor,
é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação
CORDEIRO, António Meneses, 1953-
Tratado de direito civil IX: direito das obrigações:
cumprimento e não-cumprimento, transmissão,
modificação e extinção
3.ª ed., totalmente rev.
ISBN 978-972-40-6927-2
CDU 347

Aos Professsores
Doutor António Pinto Monteiro
Doutor João Calvão da Silva

ADVERTÊNCIAS

O presente *Tratado de Direito civil*, IX volume, 3.ª ed., substitui a anterior 2.ª ed., publicada ainda incompleta por razões de oportunidade académica. Foi acrescentado um capítulo sobre a fixação contratual dos direitos do credor, incluindo as cláusulas limitativas de responsabilidade, a cláusula penal e o sinal. Além disso, toda a matéria da transmissão e da extinção das obrigações é inteiramente nova: §§ 66.º a 114.º.

Procedeu-se, igualmente, à atualização geral do texto. Foi tida em conta a reforma francesa do Direito dos contratos, em vigor a partir de 1 de outubro de 2016 e que modificou profundamente os quadros napoleónicos. Para o enquadramento geral dessa reforma, a incluir em próxima edição do VI volume, remete-se para o nosso escrito *A reforma francesa do Direito das obrigações*, na *Revista de Direito Civil*, 2017.

A presente obra está atualizada com referência a elementos publicados até dezembro de 2016. Apesar do cuidado posto na sua revisão, nem o autor nem a Editora se responsabilizam pela exatidão das indicações legais: os práticos são convidados a confrontar sempre, com o maior cuidado, os precisos textos em vigor.

Lisboa, 14 de janeiro de 2017.

ÍNDICE DO NONO VOLUME

Dedicatória 5
Advertências 7
Índice geral 9

I – O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – CONDIMENTOS SISTEMÁTICOS E CULTURAIS DO CUMPRIMENTO

§ 1.º **O cumprimento e o sistema**

1. Temas básicos 33
2. Obrigação e cumprimento 36
3. Cumprimento e incumprimento 37
4. Cumprimento e sucedâneos 37

§ 2.º **O cumprimento na História**

5. A *solutio* 39
6. Vulgarização 41
7. O período intermédio 43

§ 3.º **O cumprimento no Direito comparado**

8. Sistema napoleónico 47
9. Sistema romano-germânico 48
10. Codificações tardias 51
11. *Common Law* 53
12. Direito europeu 54

§ 4.º **O sistema lusófono e o cumprimento**

13. Ordenações e pré-codificação 57
14. O Código de Seabra 58

15. Os preparatórios de Vaz Serra 60
16. Revisões ministeriais e o Código de 1966 62
17. Os códigos civis brasileiros 64

CAPÍTULO II – A DOGMÁTICA DO CUMPRIMENTO

§ 5.º **Terminologia, sede legal e princípios**

18. Aspetos terminológicos 65
19. Sede legal 66
20. Dimensão funcional 67

§ 6.º **Os princípios do cumprimento**

21. Utilidade e enunciado 69
22. A boa-fé 71
23. A tutela da apropriação privada 73
24. A correspondência 75
25. A integralidade 76
26. A concretização 76

§ 7.º **O prazo da prestação**

27. Aspetos gerais e evolução 78
28. Sistema lusófono 80
29. A fixação: prévia ou subsequente 81
30. Exigibilidades fraca e forte; a interpelação 84
31. Obrigações puras, *cum potuerit* e *cum voluerit* 86
32. Moratórias e antecipações; benefício do prazo 88
33. A perda do benefício do prazo do devedor 90
34. Dívida liquidável em prestações 95
35. O *interusurium* 100

§ 8.º **O lugar da prestação**

36. Evolução geral 103
37. As codificações 107
38. Sistema lusófono 109
39. Regras básicas 112
40. Móveis e dinheiro 115
41. Mudança do credor e impossibilidade no lugar fixado 116
42. Prestações conectadas, prestações secundárias e deveres acessórios 119

§ 9.º **Legitimidade para cumprir**

43. Legitimidade em geral 120
44. Evolução 121
45. A experiência lusófona 122
46. Cumprimento pelo devedor 124
47. Cumprimento por terceiro 126

§ 10.º **Legitimidade para receber a prestação**

48. Prestação ao credor 131
49. Prestação a terceiro 132
50. Oposição à indicação feita pelo devedor 133

§ 11.º **A imputação do cumprimento**

51. Evolução geral 135
52. A imputação pelo devedor 137
53. As regras supletivas 138

§ 12.º **A prova do cumprimento e a quitação**

54. Regras gerais 140
55. Nota histórica sobre a quitação 141
56. Sistema lusófono 144
57. Presunções de cumprimento 145
58. O direito à quitação 147
59. Restituição do título e menção ao cumprimento 149
60. A natureza da quitação 150

§ 13.º **Os efeitos do cumprimento**

61. A liberação do devedor 152
62. Outros efeitos 153
63. Obrigações duradouras e deveres acessórios 154

CAPÍTULO III – CONSTRUÇÃO JURÍDICO-CIENTÍFICA DO CUMPRIMENTO

§ 14.º **A axiologia do cumprimento**

64. A execução material; conduta ou resultado? 155
65. A medida do esforço do *solvens* 157
66. Justificação e incumprimento 157

§ 15.º **A natureza do cumprimento**

67. As teorias 159
68. Funcionalidade, diferenciação e conceito-quadro 164
69. Integração sistemática 166

CAPÍTULO IV – A *CULPA POST PACTUM FINITUM*

§ 16.º **A pós-eficácia: problema e explicação geral**

70. Generalidades; as exigências práticas 167
71. A doutrina e a sua evolução 169
72. Fundamentação inicial; o recurso à lei 175
73. O recurso à analogia 180

§ 17.º **Explicações específicas para a pós-eficácia**

74. A natureza intrínseca de certas relações jurídicas; a relação laboral 180
75. Crítica; alternativas 182
76. A boa-fé e as suas concretizações; apreciação 185
77. Teses negativistas 187

§ 18.º **Tipos de pós-eficácia**

78. Aspetos gerais; a pós-eficácia ampla 192
79. A pós-eficácia aparente 194
80. A pós-eficácia virtual 195
81. A eficácia continuada 195

§ 19.º **A pós-eficácia estrita**

82. Os deveres acessórios 198
83. Regime das modalidades não-autênticas de pós-eficácia 200
84. Regime de pós-eficácia estrita 201
85. E o dever de prestar principal? 203
86. O "dever de proteção unitário"; superação 204
87. Síntese 209
88. Aplicações práticas 210

II – O NÃO-CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – COORDENADAS HISTÓRICO-CULTURAIS DO NÃO-CUMPRIMENTO

§ 20.º **Enquadramento e modalidades do não-cumprimento**

89. Noção geral; as origens periféricas 217
90. O sistema da lei 218
91. Delimitações conceituais 220
92. Modalidades de incumprimento 222

§ 21.º **O Direito da perturbação das prestações**

93. A ideia de "perturbação das prestações" e a reforma de 2001/2002 225
94. Base analítica: a violação do dever 228
95. Base significativo-ideológica e ética: a culpa 230
96. A violação positiva do contrato 231

CAPÍTULO II – O CUMPRIMENTO RETARDADO

§ 22.º **A mora do devedor**

97. Nota histórica 233
98. Noção geral de mora do devedor 234
99. Os requisitos do atraso 235
100. Mora *ex persona* e *ex re*; a ilicitude 237
101. A responsabilidade obrigacional 239
102. A *perpetuatio obligationis* 240
103. *Purgatio morae* e incumprimento definitivo 241
104. A diretriz "atrasos nos pagamentos" 241

§ 23.º **A mora do credor e o atraso imputável a terceiros**

105. Noção geral; o problema da sua admissibilidade 246
106. Efeitos 248
107. Natureza 250
108. Atraso imputável a terceiros 252

§ 24.º **A declaração de não-cumprimento**

109. O problema 254
110. A evolução do tema 255

111. Posições doutrinárias 257
112. Os requisitos da declaração de não-cumprimento 259
113. A reforma alemã de 2001/2002 260
114. O Direito lusófono 262
115. Requisitos e aplicações práticas 264

§ 25.º **O não-cumprimento definitivo**

116. Requisitos; o *iter* da definitividade 267
117. A resolução por incumprimento 269

CAPÍTULO III – A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO-CUMPRIDO

§ 26.º **Pressupostos, origem e evolução da *exceptio***

118. Aspetos gerais; das exceções 273
119. O sinalagma e as prestações recíprocas 277
120. Evolução histórica 279
121. A construção pandectística e a sua expansão 281
122. A experiência lusófona 284

§ 27.º **O regime de exceção de não-cumprimento**

123. Aspetos gerais; das exceções 289
124. A simultaneidade dos prazos; alargamento 291
125. *Non rite adimpleti*; a boa-fé 294
126. A "faculdade" de recusar a prestação; natureza e regras especiais 297
127. As figuras afins 298

CAPÍTULO IV – A IMPOSSIBILIDADE

SECÇÃO I – COORDENADAS GERAIS DA IMPOSSIBILIDADE

§ 28.º **A impossibilidade e a sua evolução**

128. Ideia básica 301
129. O Direito romano 303
130. O período intermédio 306

§ 29.º **A impossibilidade no Direito comparado**

131. O sistema napoleónico 309
132. O sistema alemão; a doutrina de Friedrich Mommsen e a sua projeção 310

133. A nova conceção de 2001/2002 312
134. O alargamento da impossibilidade 317
135. As codificações tardias 319
136. *Common Law* e Direito europeu 320

§ 30.º **A impossibilidade no sistema lusófono**

137. As Ordenações 323
138. A pré-codificação 324
139. O Código de Seabra 325
140. Os preparatórios do Código Civil de 1966 327
141. Os códigos brasileiros 329

SECÇÃO II – O REGIME DA IMPOSSIBILIDADE

§ 31.º **Dogmática básica da impossibilidade**

142. Impossibilidades inicial e superveniente 330
143. A interpretação restritiva preconizada 333
144. Impossibilidades física e jurídica 336
145. Dificuldades supervenientes e impossibilidade prática 336
146. O problema nas obrigações genéricas 339
147. Diligência e dever de obtenção da prestação 341

§ 32.º **Outras modalidades de impossibilidade**

148. Absoluta e relativa 344
149. Definitiva e temporária 346
150. Total e parcial 348
151. Moral; as objeções de consciência 350

§ 33.º **Prestações recíprocas e impossibilidades indiretas**

152. Prestações recíprocas (contratos bilaterais) 351
153. Esgotamento, supressão e inutilização do escopo 353
154. Segue; o destino da contraprestação 356
155. O Direito lusófono 359
156. As impossibilidades imperfeitas (posição defendida) 362

§ 34.º **O *commodum* de representação; regime do risco**

157. Origem e evolução 366
158. O regime 368
159. O risco 369

SECÇÃO III – A IMPOSSIBILIDADE IMPUTÁVEL

§ 35.º **A impossibilidade imputável ao devedor**

160. Origem e evolução do instituto 373
161. A impossibilidade culposa; utilidade 374
162. Indemnização e resolução 376

§ 36.º **A impossibilidade imputável ao credor**

163. O problema 378
164. A imputabilidade ao credor 379
165. O regime 381

§ 37.º **A impossibilidade imputável a um terceiro**

166. Remissões 383

CAPÍTULO V – O NÃO-CUMPRIMENTO FRONTAL

§ 38.º **A não-execução culposa**

167. O sistema do Código Civil 385
168. Pressupostos da responsabilidade do devedor 386
169. A presunção de "culpa"; alcance 389
170. A remissão para a responsabilidade civil 391
171. Construção dogmática da prestação/indemnização 392

§ 39.º **Evolução da responsabilidade contratual por atos de terceiros**

172. Direito romano: *actiones adiecticiae qualitatis* 394
173. Direito comum e pandectismo 396
174. As codificações 399
175. A experiência lusófona 400

§ 40.º **A responsabilidade por atos de representantes ou auxiliares**

176. Pressupostos 403
177. Os limites 406
178. Natureza e aplicação 406

CAPÍTULO VI – A VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO

§ 41.º **Evolução histórico-dogmática da violação positiva do contrato**

179. A descoberta de Hermann Staub 409
180. Apreciações críticas 411
181. Balanço 414

§ 42.º **A situação atual da violação positiva do contrato**

182. O estado das questões 416
183. A violação de deveres acessórios e a utilidade atual 417
184. A receção lusófona 419

§ 43.º **O cumprimento imperfeito**

185. Aspetos gerais; os deveres acessórios 420
186. O cumprimento inexato da prestação principal 420
187. Natureza 423

CAPÍTULO VII – FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR

SECÇÃO I – A LIMITAÇÃO CONTRATUAL

§ 44.º **As cláusulas limitativas de responsabilidade**

188. Nota histórico-comparatística 425
189. O Código de Seabra 429
190. Os preparatórios do Código Civil 431
191. As divergências interpretativas 435
192. A posição adotada 437
193. A integração sistemática com a cláusula penal 441

SECÇÃO II – A CLÁUSULA PENAL

§ 45.º **Evolução histórico-comparatística da cláusula penal**

194. Noção e questão básica 442
195. Antiguidade; Direito romano 443
196. O período intermédio 446
197. A pré-codificação e a comercialística 447
198. As codificações e a *common law* 450

§ 46.º **A evolução lusófona da cláusula penal**

199. As Ordenações e a pré-codificação 456
200. O Código de Seabra e o Código brasileiro de 1916 457
201. Os preparatórios de Vaz Serra e as revisões ministeriais 461
202. O Código de 1966 e o Código brasileiro de 2002 462
203. A reforma de 1980 464
204. A reforma de 1983 469
205. António Pinto Monteiro; doutrina e prática 472

§ 47.º **Dogmática básica da pena convencional**

206. Terminologia e modalidades 475
207. Figuras afins 478
208. Modelos; função punitiva? 481
209. O modelo de 1966/1983; superação 484

§ 48.º **O regime da cláusula penal**

210. A acessoriedade 487
211. Os requisitos intrínsecos 489
212. O funcionamento; limites legais 490
213. A redução equitativa; justificação 493
214. O "excesso manifesto" 495
215. A *reductio ad aequitatem* 497
216. O aumento equitativo 499
217. O regime nas cláusulas contratuais gerais 502

SECÇÃO III – O SINAL

§ 49.º **O sinal e o seu regime**

218. Origem e evolução 504
219. A experiência lusófona 507
220. O Código Civil 508

CAPÍTULO VIII – A REALIZAÇÃO COATIVA DA PRESTAÇÃO

§ 50.º **A ação de cumprimento e a execução**

221. O sistema do Código Civil 511
222. A execução patrimonial 512
223. A execução específica 515

§ 51.º **A sanção pecuniária compulsória**

224. Generalidades; nota histórico comparatística 519
225. Calvão da Silva; o Decreto-Lei n.º 262/83, de 16 de junho 524
226. A sanção a aplicar pelo Tribunal 526
227. A sanção automática: *ratio legis* e justificação atual 528
228. Aplicação prática 530
229. A multa no Direito processual brasileiro 532

§ 52.º **A cessão de bens aos credores**

230. Generalidades; nota histórico-comparatística 534
231. A experiência lusófona 537
232. Regime e natureza 539

III – A MODIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

CAPÍTULO I – A MODIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

§ 53.º **Modificações em geral**

233. Enquadramento; noção de modificação 545
234. Classificações de modificações; factos modificativos 546
235. Relevância da matéria; sequência 547

CAPÍTULO II – A ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

SECÇÃO I – ASPETOS GERAIS E DIMENSÕES HISTÓRICO-COMPARATÍSTICAS

§ 54.º **Dimensões jurídico-científicas da alteração de circunstâncias**

236. Primeira noção; problemas 549
237. A interpretação criativa 550
238. Segue; o papel na alteração das circunstâncias 553

§ 55.º **Evolução histórica: a *clausula rebus sis stantibus***

239. Relevo dos fatores histórico-comparatísticos 555
240. O Direito romano e o canonismo 556
241. Bártolo, a *clausula rebus* e o jusnaturalismo 558
242. O *usus modernus pandectarum* e os códigos jusracionalistas 560
243. Decadência: contratualismo, codificações a pandectística 562

§ 56.º **Da pressuposição à base do negócio**

244. A doutrina da pressuposição 566
245. O renascer da *clausula rebus sic stantibus* 573
246. O apelo a institutos circundantes 575

§ 57.º **A base do negócio**

247. A doutrina de Oertmann 580
248. A oscilação objetiva/subjetiva 583
249. Observações críticas 587
250. A receção nominal e a dupla base 592
251. Esvaziamento substantivo e consagração formal 595

§ 58.º **Da imprevisão à onerosidade excessiva**

252. O bloqueio do Direito francês 597
253. A teoria da imprevisão; a reforma de 2016 602
254. A evolução italiana; a *pressuposizione* 609
255. A onerosidade excessiva e a fuga para a equidade 613

§ 59.º **Dados evolutivos da alteração das circunstâncias**

256. Novas leituras globais 619
257. Das soluções globais aos fatores de delimitação 623
258. A reforma alemã de 2001/2002 624
259. O Direito europeu 627

SECÇÃO II – EXCURSO: O EQUILÍBRIO FINANCEIRO

§ 60.º **Excurso: o equilíbrio financeiro nos contratos públicos**

260. Aspetos gerais 629
261. A experiência alemã: da cláusula *rebus* à "base da Administração" 630
262. A experiência francesa: imprevisão e mutabilidade 633
263. A dupla receção em Portugal: equilíbrio financeiro e boa-fé 635
264. O equilíbrio financeiro 638

SECÇÃO III – A EXPERIÊNCIA LUSÓFONA

§ 61.º **A alteração das circunstâncias até 1966**

265. Generalidades 640
266. As Ordenações 641

267. As doutrinas ao tempo de Seabra 644
268. O anteprojeto de Vaz Serra 650
269. A jurisprudência anterior a 1966 654

§ 62.º **A delimitação da alteração das circunstâncias**

270. Generalidades; o erro 660
271. O risco e a impossibilidade 662
272. A vontade das partes e a interpretação contratual 669
273. A tutela da confiança 673
274. O núcleo essencial da alteração das circunstâncias 681

§ 63.º **A alteração das circunstâncias e o Direito vigente (437.º/1)**

275. O artigo 437.º/1; circunstâncias relevantes 684
276. Anormalidade da alteração 686
277. Uma parte lesada 687
278. Afetar gravemente a boa-fé 688
279. A não-cobertura pelos riscos do contrato 690
280. A *reductio ad equitatem* 692
281. As grandes alterações de circunstâncias 692
282. Os fatores de decisão 696
283. Alterações radicais e modelos em branco 699
284. O Código Civil brasileiro de 2002 702

SECÇÃO IV – A CRISE DE 2009/2014 E A JURISPRUDÊNCIA

§ 64.º **Aspetos gerais da crise de 2009/2014**

285. Introdução; a crise 703
286. O caso português 705
287. Os contratos 706
288. A crise e a alteração de circunstâncias 707

§ 65.º **O sector financeiro e a alteração de circunstâncias**

289. Generalidades; a abertura de crédito 709
290. Os *swaps* de taxas de juros 710
291. *Swaps* e crise 713
292. A jurisprudência dos *swaps* 714
293. A doutrina dos *swaps* 718
294. Outros contratos de risco 720
295. Tipos de risco 721

IV – A TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

§ 66.º **A transmissibilidade das obrigações**

296. Generalidades 725
297. A transmissibilidade geral das obrigações; evolução histórica 726
298. Fundamentação da transmissibilidade das obrigações 730
299. Formas de transmissão e fontes de transmissão 732

CAPÍTULO II – A CESSÃO DE CRÉDITOS

SECÇÃO I – DIMENSÕES HISTÓRICAS E COMPARATÍSTICAS

§ 67.º **Evolução histórico-comparatística da cessão**

300. O Direito romano 735
301. O Direito vulgar e a evolução intemédia 739
302. Jusracionalismo, pré-codificação francesa e pandectística 741
303. As codificações 744
304. Direito anglo-saxónico 748

§ 68.º **A cessão nos Direitos uniforme e europeu**

305. O Direito uniforme 751
306. Roma I 752
307. Direito europeu 753

§ 69.º **A cessão na experiência lusófona**

308. Ordenações 755
309. O Código Comercial de 1833 756
310. A pré-codificação 757
311. O Código de Seabra (1867) 759
312. Os preparatórios e o Código de 1966 761
313. Os códigos brasileiros 763

SECÇÃO II – O REGIME DA CESSÃO

§ 70.º **O âmbito da cessão**

314. A admissibilidade; abrangência e funções 764

315. A cessão parcial 766
316. Figuras afins 768
317. Não-cedibilidade pela natureza do vínculo 769
318. O *pactum de non cedendo* 771
319. As proibições legais 775

§ 71.º **O objeto da cessão**

320. Créditos futuros 777
321. Créditos litigiosos 782
322. Créditos com prestações recíprocas 785
323. Direitos potestativos, prestações secundárias e deveres acessórios 787
324. Outros direitos 789

§ 72.º **O regime da cessão**

325. O negócio-base 791
326. A transmissão de garantias e outros acessórios 793
327. Efeitos perante o cessionário 795
328. Efeitos perante o devedor; os meios de defesa 796

§ 73.º **A notificação ao devedor**

329. A notificação e a sua forma 799
330. A cessão aparente 801
331 A cessão não-notificada 802
332. O papel da notificação; cessões sucessivas 803

CAPÍTULO III – A SUB-ROGAÇÃO

§ 74.º **A evolução da sub-rogação**

333. Noção e aspetos gerais 805
334. Origem e evolução 806
335. O Código Napoleão; repercussões 808
336. A experiência lusófona 811

§ 75.º **O regime da sub-rogação**

337. Figuras afins e papel 814
338. A sub-rogação pelo credor 815
339. A sub-rogação pelo devedor 817
340. A sub-rogação legal 818
341. Efeitos da sub-rogação; posição do devedor 820
342. Natureza 821

CAPÍTULO IV – A ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

§ 76.º **Origem e evolução histórica da assunção**

343. Dificuldades e terminologia 823
344. Direito romano 825
345. Direito intermédio 826
346. Sistema napoleónico e evolução italiana 829
347. A experiência alemã; a descoberta de Delbrück 833
348. Direito inglês e Direito europeu 838

§ 77.º **A assunção de dívida na experiência lusófona**

349. Pré-codificação e Seabra 839
350. Os preparatórios de Vaz Serra 841
351. Os códigos brasileiros 843

§ 78.º **Sistema e objeto da assunção de dívida**

352. Conspecto geral; regras supletivas 845
353. Modalidades e figuras afins 846
354. O objeto 849
355. Dívidas não-assumíveis 852

§ 79.º **O regime da assunção de dívida**

356. O negócio-base 854
357. Contrato entre devedores, ratificado pelo credor 855
358. Contrato entre o novo devedor e o credor 858
359. Declaração exoneratória e assunção cumulativa 859

§ 80.º **As vicissitudes da assunção de dívida**

360. A invalidade da transmissão 862
361. Os meios de defesa 863
362. Transmissão de garantias e acessórios; insolvência do novo devedor 864

§ 81.º **A eficácia e a natureza da assunção de dívida**

363. A eficácia 866
364. A natureza 867

CAPÍTULO V – A CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

§ 82.º **Origem da cessão da posição contratual**

365. Problemas básicos 871
366. As experiências alemã, italiana e francesa 873
367. A experiência lusófona; antecedentes 876
368. Vaz Serra e o Código Civil; o Código brasileiro 880

§ 83.º **Sistema e objeto da cessão da posição contratual**

369. Índole geral e regras supletivas 883
370. O objeto 884
371. Intransmissibilidades 886
372. Modalidades e figuras afins 886

§ 84.º **O regime e a natureza da cessão da posição contratual**

373. O negócio-base 889
374. O acordo trilateral; invalidades e não-subsistências 890
375. As relações entre os intervenientes 891
376. A natureza 893

V – **A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

§ 85.º **Quadro geral da extinção das obrigações**

377. Níveis histórico-dogmáticos 897
378. Ordenação de modos extintivos 898

CAPÍTULO I – A SUPRESSÃO DA FONTE DA OBRIGAÇÃO

§ 86.º **Generalidades; papel da resolução**

379. Terminologia 901
380. A experiência lusófona 902
381. Os preparatórios de Vaz Serra e o Código Civil 905
382. O papel da resolução; o Código brasileiro de 2002 905

SECÇÃO I – DA RESOLUÇÃO

§ 87.º **Aspetos históricos da resolução**

383. Direito romano 907

384. Direito intermédio 909
385. Sistemas napoleónico e pandectístico 911

§ 88.º **Os pressupostos da resolução**

386. A resolução no Código Civil 915
387. A resolução por incumprimento 916
388. Situações resolúveis e âmbito do incumprimento; gravidade 918
389. A dispensa da culpa 921

§ 89.º **Exercício e efeitos da resolução**

390. O exercício 923
391. Os efeitos 924
392. A impossibilidade, a alteração de circunstâncias e o arrependimento 926

§ 90.º **A natureza da resolução e o seu exercício indevido**

393. Direito potestativo e ato *stricto sensu* 928
394. Fundamento 929
395. A relação de liquidação 930
396. O exercício indevido 933

§ 91.º **A resolução e a indemnização**

397. Construção tradicional; a retroatividade 937
398. Plano indemnizatório e função da resolução 938
399. Interesses positivo e negativo; a *culpa in contrahendo* 940
400. Crítica e superação 942
401. A transposição para a resolução 944
402. A integralidade das indemnizações 948

SECÇÃO II – DA REVOGAÇÃO

§ 92.º **A revogação; problemática histórico-comparatística**

403. Ideia básica 950
404. Evolução histórica 951
405. Codificação e evolução lusófona 953

§ 93.º **Regime e natureza da revogação**

406. A revogação no Código Civil 955
407. Modalidades; confronto com a resolução e afins 957

408. O regime; o paradigma da procuração 958
409. Eficácia e natureza 960

§ 94.º **A revogação/arrependimento do consumidor**

410. Origem e evolução 962
411. Leis portuguesas e natureza 964

SECÇÃO III – DA DENÚNCIA, DA OPOSIÇÃO À RENOVAÇÃO, DA RENÚNCIA E DA CADUCIDADE

§ 95.º **Denúncia, oposição à renovação e renúncia**

412. Etimologia e polissemia 966
413. As relações duradouras 969
414. A experiência lusófona 972
415. A denunciabilidade; efetivação 975

§ 96.º **Da oposição à renovação**

416. Problemática geral 978
417. Regime e natureza 981

§ 97.º **Da renúncia**

418. Aspetos gerais 983

§ 98.º **Da caducidade**

419. Remissão 985

CAPÍTULO II – OS SUCEDÂNEOS DO CUMPRIMENTO

SECÇÃO I – A DAÇÃO EM CUMPRIMENTO

§ 99.º **Evolução histórico-comparatística da dação em cumprimento**

420. Generalidades; Direito romano 987
421. As codificações 990
422. A experiência lusófona 994
423. Os preparatórios e o Código Civil; o Código brasileiro de 2002 996

§ 100.º **O regime e a natureza da dação em cumprimento**

424. Noção, afins e modalidades 998
425. A prestação substitutiva (o *aliud*); a forma da dação 1000
426. O assentimento do credor 1002
427. Vícios do *aliud* e invalidade da dação 1004
428. A natureza jurídica 1006
429. A dação *pro solvendo* 1009

SECÇÃO II – A CONSIGNAÇÃO EM DEPÓSITO

§ 101.º **Evolução histórico-comparatística da consignação em depósito**

430. Generalidades; Direito romano 1013
431. As codificações 1015
432. A experiência lusófona 1017

§ 102.º **O regime e a natureza da consignação em depósito**

433. Os requisitos 1020
434. Processamento e revogação 1023
435. Efeitos e natureza 1024

SECÇÃO III – A COMPENSAÇÃO

§ 103.º **Introdução e evolução histórica da compensação**

436. Noção, vantagens e papel 1027
437. A evolução no Direito romano 1030
438. O rescrito de Marco Aurélio e o *ipso iure compensari* (533 d.C.) 1035
439. Período intermédio e pré-codificação 1040

§ 104.° **Os grandes sistemas da compensação**

440. O sistema napoleónico: compensação automática 1043
441. O sistema germânico: compensação potestativa 1047
442. O sistema anglo-saxónico: a compensação processual (*set off*) 1051

§ 105.º **A experiência lusófona da compensação**

443. O Código de Seabra e a transposição de Guilherme Moreira 1054
444. Os preparatórios 1059
445. Balanço; os Códigos brasileiros 1062

§ 106.° **Os requisitos da compensação**

446. Generalidades; enunciado legal 1064
447. A reciprocidade e os desvios 1067
448. A exigibilidade; exceções materiais 1070
449. A homogeneidade 1073
450. (I)liquidez 1075

§ 107.° **O âmbito da compensação**

451. Generalidades; o prazo "gratuito" 1078
452. Créditos prescritos 1079
453. Complexidade subjectiva; em especial: solidariedade 1080
454. Dívidas acessórias; fiador e outros garantes 1082

§ 108.° **A efetivação da compensação**

455. A declaração de compensar; o problema da reconvenção 1086
456. A retroactividade 1090
457. Pluralidade de créditos 1091
458. Diversidade de lugares de cumprimento 1092
459. A invalidade da compensação 1093

§ 109.° **A exclusão da compensação**

460. Factos ilícitos dolosos 1094
461. Créditos impenhoráveis 1095
462. Créditos do Estado ou de outras pessoas coletivas públicas 1097
463. Prejuízo de direitos de terceiro 1100
464. A renúncia à compensação 1100
465. Créditos não-compensáveis, por disposição especial 1101

§ 110.º **Natureza da compensação; compensações contratuais e anómalas**

466. A natureza da compensação 1103
467. A compensação convencional 1105
468. Cláusulas contratuais gerais e compensação bancária 1107
469. Compensações anómalas e impróprias 1108

SECÇÃO IV – A NOVAÇÃO

§ 111.º **Aspetos histórico-comparatísticos da novação**

470. Direito romano e evolução subsequente 1111

471. Direito intermédio e codificações 1113
472. A experiência lusófona 1115

§ 112.º **O regime da novação**

473. Generalidades; novação objetiva e subjetiva 1120
474. O *animus novandi* 1121
475. A validade das situações envolvidas 1124
476. Garantias; efeitos; natureza 1127

SECÇÃO V – A REMISSÃO

§ 113.º **A remissão**

477. Nota histórico-comparatística 1130
478. A experiência lusófona 1133
479. O regime vigente 1135

SECÇÃO VI – A CONFUSÃO

§ 114.º **A confusão**

480. Nota histórico-comparativa 1138
481. A experiência lusófona 1139
482. O regime vigente 1141

Índie de jurisprudência 1145
Índice onomástico 1167
Índice bibliográfico 1193
Índice ideográfico 1265